

PROJETO DE LEI Nº 44/2019 20

Exige das Escolas no município de Vitória da Conquista notificação ao Conselho Tutelar em caso de alienação parental.

Art. 1º. Toda escola em funcionamento no município de Vitória da Conquista averiguará e notificará ao Conselho Tutelar responsável os casos suspeitos de alienação parental entre seus alunos.

Parágrafo único. A notificação será seguida de processo averiguador técnico, por meio de profissionais capacitados para tal mister, assegurando privacidade e sigilo ao aluno e aos familiares envolvidos.

Art. 2º. Esta Lei será regulamentada, naquilo que couber, dentro do prazo legal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 09 de Janeiro de 2019.



Rodrigo Oliveira da Silva Moreira
Vereador (PP)

JUSTIFICATIVA

A alienação parental é a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que a tenham sob a sua autoridade, guarda ou vigilância, para que repudie o outro genitor ou que cause prejuízo à manutenção de vínculos. O genitor que cometer alienação parental pode ser multado, ter a guarda alterada, ou até mesmo ser declarada a suspensão da autoridade parental, entre outros.

A Lei Federal nº 12.138 de 2010 dispõe sobre a problemática da alienação parental, tutelando e protegendo nossas crianças e adolescentes, para que estes não sofram traumas psicológicos em sua formação, em decorrência de conflitos entre os pais, sobretudo, os casos de pais com divórcios de difícil convivência.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é claro ao determinar que nossos jovens *“gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”* (art. 3º do referido diploma legal).

Logo adiante, no art. 4º e alíneas, o mesmo diploma trata com igual rigor os deveres que a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público tem para nossas crianças e adolescentes, atribuindo-lhes a responsabilidade de *“assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; [...]”*.

Ainda sobre a relevância do tema, entidades internacionais de proteção aos direitos das crianças e adolescentes criaram o Dia Internacional de Combate a Alienação Parental, que é comemorado na data de 25 de Abril, destacando a relevância do combate a essa prática, protegendo nossos jovens desta situação que comprovadamente acarreta gravame psicológico e de personalidade nos atingidos.

Configurada a relevância do tema, aguarda o apoio dos pares na aprovação deste Projeto de Lei.